

2007-11-17 ASSEMBLEIAS GERAIS DA FPA

Caros Amigos,

Realizaram-se ontem, num hotel de Carcavelos, duas Assembleias Gerais da FPA, conforme convocatórias recebidas pela ACPA. Destinavam-se, a primeira, à apreciação do Plano de Actividades federativo para 2008 e, a segunda, à discussão das propostas para as novas redacções dos Estatutos e do Regulamento Técnico.

Estiveram presentes os representantes de seis Associações e de outras entidades federadas, o Presidente e Vice-Presidente da FPA e os Membros da Mesa. Pela nossa ACPA apresentaram-se para tomar parte nos trabalhos, o Presidente Nelson Capote e os Vogais João Batalha e eu próprio.

A primeira Assembleia Geral não se previa polémica, mas, curiosamente, teve o mérito de decorrer muito participadamente, com inúmeras intervenções de todos os presentes, tendo sido sugeridas à Direcção pequenas alterações de pormenor, mais de forma do que de substância. Essas intervenções foram úteis, na medida em que conseguiram quebrar a tensão que se previa para estas duas reuniões. Chegou-se rapidamente a consensos e o texto foi aprovado com uma maioria muito confortável, com 102 votos a favor, 6 abstenções e 4 brancos. A Direcção tem agora nas mãos o instrumento para poder discutir com o IDP (se isso se puder fazer...) os apoios que esse organismo estatal deverá conceder a uma Federação com as características da nossa.

A segunda Assembleia Geral, essa, já se previa complicada, na medida em que se iria discutir a proposta dos novos textos dos Estatutos e do Regulamento Técnico da Federação. Recordo que, durante quase 2 anos, tiveram lugar uma série de reuniões em que estiveram presentes quase todos os estilos e escolas de Aikido existentes em Portugal. Nessas reuniões discutiu-se tudo e em profundidade, tendo-se chegado a acordo numa série de princípios que permitissem a entrada de todas as organizações de Aikidokas no seio da Federação, dando assim corpo ao velho sonho de integrar todo o Aikido português sob o mesmo tecto organizacional. A Direcção da FPA preparou assim os dois textos com base nessas decisões, dando-lhes uma forma jurídica, a todos

os níveis compatível com as Leis que nos regem. Foi um trabalho essencialmente técnico, mas também político, delicado no seu equilíbrio, exigente na sua forma e abrangente no seu conteúdo. Havia que espelhar nele uma enorme dose de bom senso, dando às escolas o que elas queriam, sem muitos espartilhos.

Todos tínhamos (e temos...) a consciência de que o óptimo é inimigo do bom. Nesta fase, havia que criar as condições para que as diferentes escolas de Aikido entrassem para a Federação e começassem a falar umas com as outras, esbatendo naturalmente os temores de dominação que algumas ainda têm. Havia que ter a consciência de que as vantagens de construir uma “Grande Federação” são superiores a tudo o resto e de que devem relevar os interesses autonómicos do “ser uma escola”, ser um representante isolado (mas com menor expressão...) de uma linha, de um estilo ou de um Mestre internacionalmente reconhecido. Havia que ter o bom senso de saber abdicar de certos detalhes para poder usufruir de apoios organizacionais, financeiros e de representatividade, aumentando a visibilidade do Aikido em Portugal, captando novos Praticantes, expandindo a sua mensagem, passando a ser considerado como um parceiro de corpo inteiro pela Administração. Pessoalmente sempre defendi que mais vale haver muita gente a praticar Aikido, seja na minha “linha”, seja em qualquer outra, do que o Aikido ser considerado como uma Arte Marcial menor, eventualmente sem qualquer expressão numérica no panorama federativo português.

Felizmente que já não estou sozinho nessa cruzada e isso viu-se nesta Assembleia Geral. Os novos Estatutos e o novo Regulamento Técnico foram, no final de uma longa noite, aprovados na especialidade... A Direcção irá agora realinhar o texto final, dando-lhe uma forma juridicamente aceitável, a fim de que, rapidamente, entre em vigor...

A partir deste momento, estão criadas as condições para a entrada de todos os estilos na FPA. Não me parece haver mais nada que impeça que nos juntemos todos, em pé de igualdade, sem haver “filhos e enteados”, cada um com a força real, derivada do número dos seus adeptos Praticantes. A partir de agora, a Federação tem de nos considerar “todos” como iguais, legitimamente iguais, com os mesmos direitos e com as mesmas obrigações. Mas, igualmente, todos nós temos que nos considerar iguais, legitimamente iguais, com os mesmos direitos e com as mesmas obrigações... Mas, nas votações, com “pesos” de ponderação diferentes...

É claro que não se chegou ao texto perfeito... Isso não existe... O próximo trabalho já tem de ser feito por todos, depois de uns tempos de experiência em conjunto. No entanto e a partir de agora, temos a possibilidade de, sob o mesmo tecto, poder construir “a coisa” que O Sensei sonhou: uma organização que, num ambiente construtivo e pacífico, expanda os ideais do Aikido pela “Sociedade Civil”. Temos, a partir de agora, essa possibilidade, se todos os que, longa, acalorada e empenhadamente discutiram estas bases, cumprirem aquilo a que se propuseram, isto é, se integrarem de imediato na “Federação Portuguesa de Aikido”. O “menor denominador comum” já existe... Todos contribuímos para ele, discutindo e definindo os seus limites. Isso já existe... Agora é tempo de cumprir o prometido...

Há muito tempo que, nas Assembleias Gerais da FPA, não se via um ambiente tão harmónico, construtivo e positivo. Todos saímos de lá com a sensação do dever cumprido, de termos dado o passo que faltava para alcançar o tal sonho de muitos anos. Houve emoção no ar... Até se tiraram fotografias “para mais tarde recordar”...

Estou desejoso de ver o futuro...

Francisco Leotte